



Os fiscais do vestibular

Ricardo Cortez Lopes*

Quando o candidato do concurso vestibular da UFRGS chega à sala de prova, eles estão lá identificando os concorrentes por um documento. Se deseja ir no banheiro ou comer, eles estão lá também. Quando entrega a folha de respostas, são eles que a acondicionam no envelope. Alguns são mais solidários, outros mais rígidos. Mas uma coisa a maioria dos fiscais do concurso têm em comum: a vontade de que a instituição selecione os candidatos mais alinhados com os valores da Universidade. O curioso é que isso acontece mesmo que não exista uma vigilância constante dos fiscais.

Essa é a conclusão a que cheguei após realizar uma pesquisa extensa. Por meio da triangulação de pesquisa quantitativa (questionário respondido por mais de 100 fiscais), pesquisa qualitativa (relato etnográfico realizado em quatro concursos) e análise documental, concluí que aquilo que move a grande maioria dos fiscais a fazer seu trabalho não é o medo da punição. Nem a remuneração. É alguma coisa para além disso e que merece reflexão.

A maior motivação que encontrei foi o desejo de ver selecionados (ou seriam premiados?) os candidatos que realmente estudaram para a prova. Isso se mostrou tanto na pesquisa de campo quanto na pesquisa por questionário: foram presenciados diversos esforços para coibir fraudes, independentemente das condições de trabalho e de possíveis retaliações dos candidatos. Isso porque, conforme me foi relatado, em muitos locais de prova havia evasão de

fiscais (que iam no primeiro dia e depois não apareciam mais), imprevistos que mudavam a logística (janelas que quebravam) ou mesmo precariedade nas instalações. O trabalho dobrava e mesmo assim os fiscais não titubeavam em tentar garantir a lisura do certame.

Avaliei uma série de documentos institucionais antes de sair a campo. Regimentos, editais e demais fontes apontaram para um perfil de aluno desejado: aquele que se foca no estudo e que consegue aplicar o seu conhecimento na prática. Ler esses documentos por completo não é requisito para nenhuma matrícula, mas as atitudes dos fiscais no momento pré-campo apontaram que esse perfil se refletia em suas ações. Vale notar que a seleção dos fiscais é realizada por sorteio, e não por uma prova de legislação, o que evidencia que a Universidade cativa os alunos na vivência cotidiana mesmo.

Atuando como fiscal e convivendo com os colegas de função para montar o relato, pude presenciar situações e me informar sobre outras. Desse material resultou o diário de campo e o relato etnográfico. No decorrer da investigação, foi possível perceber que, como fiscais, os alunos pareciam muito mais inclinados a socializar uns com os outros, muito mais do que no próprio câmpus. Presenciei, por exemplo, fiscais de mesmo curso que nunca tinham se visto antes. Também ouvi relatos de pessoas que se tornaram amigas após a atividade de fiscalização. Foi possível perceber cumplicidades construídas ao longo dos dias de concurso, mas que se tornavam também embates severos na

mesma medida. Assim, observei sorrisos e conversas de corredor, mas também vi discussões de como lidar corretamente com alunos fraudulentos.

Os questionários apontaram outros aspectos. Um deles é que a maioria dos participantes (86,1%) estava tendo a primeira ou a terceira experiência como fiscais, o que significa que eles mesmos tinham sido, recentemente, candidatos no vestibular. Ou seja, as sensações de estar no outro lado ainda estavam bem vivas. Do total de entrevistados, 71,6% declararam-se mulheres e 52,9% estavam na faixa etária até 25 anos, o que mostra um perfil bastante rejuvenescido. Dos participantes, 99% – número impressionante, diga-se de passagem – buscaram seguir as normas do Manual do Fiscal – 37,6% relatou que optou por fazer assim por questões éticas particulares e apenas 12,9% por medo de serem flagrados em irregularidades. Entre o 1% que afirmou não ter seguido as regras, curiosamente, havia apenas estudantes de cursos de humanas. A proporção de participantes da pesquisa por área foi a seguinte: 28,4% de Ciências Humanas, 28,4% de Ciências Exatas e da Terra, 20,6% de Ciências da Saúde, 14,7% Ciências Sociais Aplicadas, 4,9% de Linguística, Letras e Artes e 2,9% de Ciências Biológicas.

A partir disso e pensando com a literatura sociológica, concluí que o vestibular funciona como um ritual moderno de “purificação” do indivíduo para que este possa pensar de maneira mais ampla do que uma pessoa que não estudou. O objetivo é abandonar o pensamento mais individual

pelo saber acumulado pela humanidade. Assim, a Universidade é um rito de passagem – daqueles que são aprovados, a sociedade espera um comportamento de “liderança”. Por esse motivo, os fiscais atuam como garantidores da possibilidade de o candidato seguir nessa condição ritual, porque senão ele não avança no processo e volta a ser uma pessoa individual. Toda essa responsabilidade causa neles uma mistura de sentimentos em relação ao vestibulando: a empatia por já terem passado por essa situação (recentemente, segundo a amostra) e a necessidade de garantir a honestidade na competição, que nem sempre é justa por conta das diferenças entre as escolas e as criações individuais dos competidores.

Geralmente, histórias de fiscais são muito engraçadas – ou trágicas – e falam muito de como a nossa sociedade pensa, de como a questão da fraude reflete uma insegurança com avaliações. Acompanhei muitos relatos de dores de barriga ou de vômitos por parte de candidatos, os quais os fiscais tinham de acompanhar de perto nos banheiros e não raro ficavam enjoados igualmente. Ou seja, os momentos de avaliação são de empilhar nervos porque o competidor enxerga o vestibular como uma régua para medir quem ele é como um todo. Não passar no concurso passa a ser falhar como pessoa, e para isso não acontecer ou se sacrifica a integridade física, com o nervosismo, ou a moral, fraudando.

*Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS



Fiscal observa candidatos durante o Concurso Vestibular realizado em janeiro de 2018